

“APESAR DE CÔNSUL, INCITOU A RESISTÊNCIA”: UM ESTUDO DE CASO DA DIPLOMACIA CONSULAR DAS CIDADES DE JAGUARÃO- RIO BRANCO ATUANTE NA REDE DE APOIO À LEONEL BRIZOLA

Darlise Gonçalves de Gonçalves¹ 

Resumo: Esse artigo aborda a atuação dos diplomatas: Jose Nogueira Pinto Machado, cônsul brasileiro atuante na cidade de Rio Branco, departamento de Cerro Largo, Uruguai; e de Jorge Bittar, cônsul uruguaio na cidade gaúcha de Jaguarão. Ambos estavam desenvolvendo suas atividades nessa fronteira quando houve o Golpe que depôs o presidente João Goulart em 1964. Assim, diante dos rumos que o país tomava, esses diplomatas se colocaram ao lado da legalidade. Seja convocando a população à resistência ou articulando esquemas de Travessia que viabilizavam a partida daqueles que no Brasil eram perseguidos pela ditadura.

Palavras-chave: Ditadura. Resistência. Diplomacia. Fronteiras.

"ALTHOUGH CONSUL, INCITED RESISTANCE": A CASE STUDY OF CONSULAR DIPLOMACY OF THE CITIES OF JAGUARÃO- RIO BRANCO ACTIVE IN THE SUPPORT NETWORK TO LEONEL BRIZOLA

Abstract: This article discusses the performance of diplomats: Jose Nogueira Pinto Machado, Brazilian consul active in the city of Rio Branco, department of Cerro Largo, Uruguay; and Jorge Bittar, Uruguayan consul in the city of Jaguarão, Brazil. Both were developing their activities on this border when there was the Coup that deposed President João Goulart in 1964. Thus, in the face of the direction that the country was taking, these diplomats stood by the legality. Whether summoning the population to resistance or articulating crossing schemes that made possible the departure of those who in Brazil were persecuted by the dictatorship.

Keywords: Dictatorship. Resistance. Diplomacy. Borders.

"AUNQUE CÔNSUL, INCITÓ RESISTENCIA": UN ESTUDIO DE CASO DE DIPLOMACIA CONSULAR DE LAS CIUDADES DE JAGUARÃO- RIO BRANCO ACTIVO EN LA RED DE APOYO A LEONEL BRIZOLA

Resumen: Este artículo analiza el desempeño de los diplomáticos: José Nogueira Pinto Machado, cónsul brasileño en la ciudad de Río Branco, departamento de Cerro Largo, Uruguay; y Jorge Bittar, cónsul uruguayo en la ciudad brasileña de Jaguarão. Ambos estaban desarrollando sus actividades en esta frontera cuando se produjo el Golpe de Estado que depuso al presidente João Goulart en 1964. Así, ante la dirección que estaba tomando el país, estos diplomáticos se mantuvieron firmes en la legalidad. Ya sea convocando a la población a la resistencia o articulando esquemas de Cruce que hicieran posible la salida de quienes en Brasil fueron perseguidos por la dictadura.

Palabras clave: Dictadura. Resistencia. Diplomacia. Fronteras.

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Pampa. Mestra em História pela Universidade Federal de Pelotas- UFPel. Recentemente, atua como pesquisadora no Projeto "Forças Armadas e Reconhecimento Institucional por Graves Violações de Direitos Humanos" (em andamento), coordenado pelo Front Instituto de Estudos Contemporâneos e pelo Instituto Vladimir Herzog. E-mail: darlisehistoriadora@yahoo.com.

Introdução

Cidades interioranas, de pequeno porte e fronteiriças possuem características e dinâmicas cotidianas que as diferem substancialmente da lógica de vivências adotadas em grandes centros urbanos. Diante dessa premissa, o estudo de suas experiências cotidianas de resistência, apoio, oposição, repressão, e outras categorias nos auxiliam a compreender a complexidade do período ditatorial brasileiro para além de generalizações explicativas vigentes. Uma vez que estas tomam por base o ocorrido em grandes centros do país, sobretudo o eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

De acordo com Carlos Fico (2020), existe atualmente um esforço, ainda de caráter incipiente, de alguns Programas de Pós-Graduação em História de voltarem suas pesquisas para vivências e experiências desenvolvidas em outros espaços do País. Sendo assim, esses estudos têm destinado especial atenção à diversidade de tipos sociais que vivenciaram os anos de repressão das mais diferentes formas, visto que esta atingiu brutalmente o meio rural, as pequenas cidades, as periferias, favelas e tantas outras localidades que sentiram e reagiram a seu modo. Portanto, destacam-se nesses novos estudos, as vivências de distintos atores sociais, esmiuçando demais formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo. Afinal o Brasil possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolveram.

Para o caso do Rio Grande do Sul, o esforço de sistematização e produção de conhecimentos acerca das particularidades deste espaço durante os anos de repressão é muito recente em termos historiográficos (WASSERMAN, 2009). Em fala proferida durante o IX Encontro de História da sessão gaúcha da ANPUH, a pesquisadora Carla Simone Rodeghero (2008) apontava as dificuldades e possibilidades para esses estudos diante da falta de monografias que tratem de temas específicos referentes aos processos ocorridos após o Golpe, bem como a inexistência de textos congêneres que atendam a tal demanda.

Entretanto, de lá para cá, no decorrer dos anos subsequentes novas pesquisas voltadas para o estado têm surgido, abordando aspectos referentes ao seu caráter fronteiriço, às relações estabelecidas com os Países Platinos, bem como, seus fortes vínculos com o trabalhismo. Fatores estes que, acrescidos de outros, geram uma dinâmica particular que se expressou em diversas formas de vivenciar os anos do

período ditatorial na região.

Contudo, se a produção acadêmica referente ao estado ainda é pouco explorada, e repleta de lacunas, menos ainda ela se dedica a observar questões relativas às cidades de interior de pequeno porte. Vide o caso da fronteira Jaguarão, tendo em vista que trabalhos de maior fôlego a respeito das ligações de solidariedade entre Brasil e Uruguai, embora ainda sejam poucos, centram-se na fronteira entre Santana do Livramento/Brasil e Rivera/Uruguai (ASSUMPCÃO, 2011; ASSUMPCÃO, 2014; ASEFF, 2012).

Diante disso, devemos alertar ao leitor que a narrativa que se segue está apoiada em fontes primárias, que são por sua vez escassas. Sendo assim, esse é um primeiro esforço reflexivo que deve ser feito à luz de novas fontes que possam surgir conforme os arquivos do período forem sendo abertos ou novas produções forem surgindo. Pois, se tratando da fronteira Jaguarão/Rio Branco as narrativas de solidariedade e resistência referentes as vivências locais durante a ditadura não constam nas aulas de História da rede pública municipal, e, tão pouco estão presentes nos manuais ou livros produzidos a respeito da cidade, logo não fazem parte do “imaginário popular”.

Nesse cenário, quando a autora se decidiu por começar a pesquisar as Travessias² de perseguidos políticos rumo ao Uruguai, ainda em 2014, nos primeiros períodos do curso de Licenciatura em História, ouviu por diversas vezes que “nesta cidade não existiu ditadura”, “aqui não ocorreram prisões”, “isso é coisa de cidade grande”. Esses discursos repetidos de geração em geração se configuraram em “verdades” entre a população Jaguareense, verdades essas que pouco a pouco buscamos desmistificar a partir do esforço ainda incipiente dos pesquisadores que se debruçam sobre as peculiaridades que tornam a atuação dessa fronteira singular nesse período, conjunto esse no qual a autora está inserida.

Assim, se o imaginário social renega aos subterrâneos da história oficial jaguareense a utilização desse espaço fronteiro enquanto uma rota de Travessia de diferentes setores que estavam sendo perseguidos pela ditadura brasileira, e

² Em nossos estudos adotamos a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada à complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, propomos evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas.

posteriormente pelo Pachecato uruguaio e subseqüente ditadura daquele país. Menos ainda o saber popular menciona o protagonismo de agentes que compunham os elos dessas redes. Destinando para essas histórias espaços de escuta restritos entre as esquerdas locais que estiveram vinculadas, direta ou indiretamente, a esses episódios.

Sendo assim, dentre as memórias clandestinas (POLLAK, 1989) daquele período nos dedicaremos nesse artigo a atuação dos Cônsules privativos atuantes na referida fronteira dentro das múltiplas resistências à ditadura durante seus primeiros anos. Essas figuras, como veremos, foram fundamentais para exercer pressão, oposição e resguardar a vida de inúmeras pessoas que pelos seus esquemas passaram³.

A Missão Especial do Itamaraty às Fronteiras (1964)

A posição estratégica do estado do Rio Grande do Sul dentro da lógica da defesa nacional despertou a preocupação dos setores militares diante das constantes movimentações dos exilados no Uruguai. Isso demandou da equipe diplomática situada na zona de fronteira uma severa adaptação à nova conjuntura. Para tanto, em meados de 1964, o ministro João Navarro, diante dos constantes protestos do III Exército, determinou que fosse realizada uma inspeção consular nas repartições situadas na fronteira com a República Oriental do Uruguai e a Argentina⁴. Além de inspecionar os consulados privativos⁵ de Rivera, Artigas, Paso de Los Libres, Bella Unión, Salto, Paysandú, Santo Tomé, Melo, Rio Branco e Rocha, a Missão Diplomática também se encarregou de vistoriar os consulados gerais de Montevidéu e Buenos Aires.

Para que possamos entender a gravidade da situação a partir da ótica da segurança nacional, se faz necessário apontarmos de maneira pormenorizada as motivações que levaram a efeito a concretização da Missão. Em 5 de junho de 1964, o

³ Esse artigo é fruto da ampliação das discussões presentes na dissertação de mestrado da autora: GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. *Acolhei aos Perseguidos! Redes de Mobilidade que Salvaguardavam Vidas na Fronteira Entre o Brasil e o Uruguai (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2022. 254f.

⁴ Devemos destacar que as inspeções consulares não foram inventadas pela ditadura militar, essas visitas do Itamaraty já ocorriam conforme a demanda burocrática da ocasião. No entanto, a grande novidade do período é o seu caráter ideológico alinhado a nova ordem vigente. Assim, se torna interessante pensar esta no bojo das pressões e negociações que o Brasil buscava junto ao Uruguai o cerceamento das atividades de seus inimigos internos exilados em solo vizinho. Por fim, ao mesmo tempo, dado ao histórico dessa região a preocupação com a fronteira não é uma novidade, mas sim uma continuidade reformulada.

⁵ Hoje, pelo que podemos observar, essa nomenclatura está em desuso. Assim as funções consulares se dividem em: 1) Cônsul-geral: o mais alto cargo consular, geralmente residente nas grandes metrópoles; 2) Cônsul (cônsul privativo); 3) Vice-cônsul; e 4) Agente consular. Os vice-cônsules e os agentes consulares exercem suas funções em cidades menores, por vezes sob a jurisdição de um cônsul-geral. Por Jaguarão estar situada em uma fronteira para cá fora designado um cônsul.

Comandante do III Exército, general de divisão Mario Poppe de Figueiredo, encaminhou o ofício 100-E2 ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores. No referido documento, o general apontava a necessidade de retirada de alguns asilados políticos do Uruguai, bem como para a urgente substituição de alguns representantes diplomáticos do Brasil em território uruguaio e argentino:

1- Constitui motivo de preocupação para o comando do III Exército a atual situação reinante na região fronteira e, em particular, na República Oriental do Uruguai, onde os comunistas e refugiados brasileiros gozam da mais ampla liberdade e proteção.

Frequentemente informes dizem que tais elementos estariam reunidos livremente, em plena atividade conspiratória, visando a uma rearticulação contra-revolucionária, aí incluindo a organização de guerrilha, que se processaria na região litorânea do Rio Grande do Sul. Consta, mesmo, que teriam estabelecido a sua base de operações em Rivera, cidade germinada com Livramento, o que permite o livre trânsito entre os dois países.

2- Por tais razões julga o Comando do III Exército, como de toda a conveniência para a segurança nacional, que o governo brasileiro, através do ITAMARATY, atue junto ao governo uruguaio, no sentido de que o senhor João Belchior Goulart e Leonel de Moura Brizola, que se constituem, inegavelmente, nos principais focos de atração de todos os elementos subversivos e agentes do comunismo internacional, deixem aquele país.

3- **Julga ainda, o comando do III Exército, necessária a substituição imediata dos representantes diplomáticos brasileiros não identificados com a Revolução ou que tenham demonstrado conduta incompatível com as funções que exercem.** Aí devem ser incluídos os elementos do Consulado Geral de Montevidéu, e mais, pelo menos, **os cônsules destacados em Rio Branco** e nas cidades argentinas de Corrientes e Avelar [...].⁶

Nesse cenário, a fronteira Jaguarão Rio Branco exercia uma posição bastante peculiar, já que ambas as representações diplomáticas, a seu modo, se colocavam contrárias à nova política brasileira desenvolvendo diferentes formas de oposição. No que diz respeito ao cônsul privativo José Nogueira Pinto Machado⁷, citado no ofício do III Exército, esse aparece em outros documentos como: “caudilho do P.J.B.⁸ em Jaguarão, grupo brizolista. Por ocasião de Revolução, apesar de cônsul, incitou a resistência através de alto falantes, da sede do P.T.B. Participa ativamente de atividades políticas apesar de sua condição”⁹. Tal posicionamento por si só já justificaria as

⁶ Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano:1964, caixa 35. Grifos nossos.

⁷ Natural de Niterói foi eleito vereador em Jaguarão no ano de 1959 pelo PTB, partido do qual era presidente local. Nomeado cônsul privativo em Rio Branco pelo presidente João Goulart, assumiu suas funções em 7 de outubro de 1963.

⁸ Não localizamos nenhum indício do referido grupo, e dado ao fato do referido cônsul ser vereador pelo PTB acreditamos que tenha ocorrido um erro de datilografia na fonte.

⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional/ BRDFANBSBN8.O.PRO. Dossiê, p. 2.

preocupações do III Exército, tanto que paralelamente aos trabalhos da Missão o Conselho de Segurança Nacional já estava investigando sua atuação, bem como a dos outros dois cônsules indicados pelo III Exército.

Em ofício expedido em 15 de julho de 1964, o coronel chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional informava ao chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores a respeito das medidas a serem tomadas em relação aos senhores José Nogueira Pinto Machado (Rio Branco), Orlando Jorge de Grazzia (Avelar) e Oly Vargas Fontes (Corrientes):

[...] pedido feito por aquele Exército, para que essa secretaria geral realizasse gestões junto a este ministério, a fim de conseguir que os cônsules de Avelar, Corrientes e Rio Branco fossem afastados imediatamente suas funções e substituídos pelos Srs. Alcino Brasil Guedes, Ruy Antonio da Silva Costa e Manoel Jose Silveira Nunes, respectivamente.

Dos entendimentos então mantidos com esse ministério resultou:

- chamada ao Rio de Janeiro dos Cônsules Jorge de Grazzia, Oly Vargas Fortes e José Pinto Machado.

- esclarecimentos sobre a atual impossibilidade das nomeações solicitadas, e sugestões a respeito das soluções que poderão ser adotadas. Tendo em vista a solicitação feita pelo Cmt. do III Ex. [...] conclui-se que o Cmt. do III Ex. Ainda tem interesse na transferência dos cônsules Oly Vargas Fortes e José Pinto Machado [...]¹⁰

Infelizmente não conseguimos apurar por que as nomeações solicitadas não poderiam ser realizadas, e, tampouco, localizamos os anexos que são mencionados na sequência do ofício, dos quais muito nos interessava a carta do comandante do 13º Regimento de Jaguarão a respeito da conduta de José Pinto Machado. Entretanto, a partir de outros documentos do SNI novos elementos podem ser elencados. A respeito da sua atuação política na cidade, consta no informe nº 440 de 06 de novembro de 1964 a seguinte informação:

[...] Em todas as crises político-militares por que passou o país, assumiu atitude de proeminência no município, sempre se revelando atuante e ativo, verdadeiro agitador. [...] Por ocasião da crise político-militar de 31 de março último, em território brasileiro desenvolveu atividade de resistência, liderando a agitação no município em favor do Sr. João Goulart. Tal fato, mereceu da parte do Cmt. do 13º RC providências visando a sua prisão, fato esse que foi alvo de comentários nos jornais do país (suposta invasão do território uruguaio por tropas brasileiras).¹¹

¹⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. BR DFANBSBN.8.0.AGB. Dossiê. p. 14-15.

¹¹ Mencionamos em trabalho anterior (GONÇALVES, 2022) uma invasão de elementos militares brasileiros a cidade de Rio Branco logo nos primeiros dias de abril, esse episódio foi “desmentido” pelo periódico local A Folha sob a manchete de “falsos rumores”. Não temos como afirmar com total certeza

Esteve até o momento foragido, tendo, inclusive, abandonado seu posto como cônsul. [...]

Sempre alardeou seu prestígio junto a João Goulart e Leonel Brizola, não escondendo suas relações mais íntimas com aquelas duas personalidades. [...] A sua permanência no Uruguai, é considerada como uma afronta pelos revolucionários daquela região fronteiriça do Rio Grande do Sul, sendo temerário em face de suas ligações com os políticos que se acham atualmente asilados em Montevidéu. [...]¹²

É mister pontuarmos que muito do prestígio do cônsul em relação aos líderes petebistas se deve a sua extensa trajetória política no PTB. O mesmo informe indica ainda que Machado atuou como cabo eleitoral durante a campanha de Jango à vice-presidência na década anterior. O que fez com que ele fosse nomeado para cargo no Ministério das Relações Exteriores. Quando, posteriormente, assumiu o consulado de Rio Branco, escreveu a Leonel Brizola pondo-se à disposição deste:

[...] desejo manifestar a Vossa Senhoria que estarei sempre ao vosso dispor para todo e qualquer assunto que se relacione direta ou indiretamente com o nosso país ou com Vossa Senhoria pessoalmente. [...]

Com um cordial abraço ao prezado amigo Dr. Leonel Brizola, com votos de saúde aos familiares, tenho a grata satisfação de enviar-lhe minha comunicação de assunção de cargo no consulado de Rio Branco. De qualquer maneira aqui estou para servir aos amigos. Disponha sempre. Renovo agradecimentos pela valiosa cooperação que emprestou-me¹³.

Diante dos laços de proximidade com as referidas lideranças, sua atuação contundente dentro do PTB e sua ferrenha oposição à ditadura, o cônsul foi chamado ao Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos. Entretanto, após as acareações o inquérito administrativo foi conclusivo no sentido da não culpabilidade do acusado¹⁴.

Quanto à Missão Diplomática que objetivava apurar *in loco* a responsabilidade dos representantes consulares diante da segurança nacional, essa se deu entre os dias 2 e 21 de julho de 1964. Após o desembarque em Porto Alegre, a comitiva se reuniu com o chefe do estado-maior do III Exército; na oportunidade além de ouvir os militares presentes foi examinada a documentação ali existente. Após esse primeiro contato a Missão seguiu o roteiro: 1) visita ao comando de 7º RCI e inspeção no consulado de Rivera; 2) visita ao comando da guarnição militar em Quaraí e inspeção no consulado

que uma ocorrência tenha ligação com a outra, mas as chances de que se trate do mesmo episódio são bem significativas.

¹² Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Dossiê: Jose Nogueira Pinto Machado. p.11-12. Localização: BR DFANBSB. R8.

¹³ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Informação nº22-2406/76. p. 2-3. Localização: BR DFANBSBNr8.

¹⁴ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfansb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p. 9.

de Artigas; 3) visita ao chefe do estado-maior do comando de Uruguiana e inspeção consular em Passo de Los Libres; 4) inspeção no consulado de Bella Unión; 5) consulado em Salto; 6) Paysandú; 7) São Tomé; 8) visita ao comandante da guarnição de Bagé e inspeção consular em Melo; 9) visita ao comando militar da guarnição em Jaguarão e inspeção no consulado de Rio Branco, visita esta que coincidiu com a ida do cônsul ao Rio de Janeiro; e, por fim, 10) inspeção do Consulado em Rocha.¹⁵

É interessante notarmos que foi descartada a inspeção *in loco* dos consulados de Corrientes e Alvear, mesmo que estes tenham sido apontados enquanto falhos em suas atividades pelo comando do III Exército. A justificativa apresentada no relatório da Missão foi a de que a visita não foi realizada pois os cônsules dessas repartições se encontravam no Rio de Janeiro, assim como o cônsul de Rio Branco, para prestarem esclarecimentos ao Conselho de Segurança Nacional. Entretanto, a visita a Rio Branco foi mantida, o que demonstrou não só a forte preocupação com a atuação de Pinto Machado, como, também, a efervescência desta fronteira e o ponto sensível que essa apresentava dentro da lógica da segurança nacional dada a proximidade/ facilidade de acesso ao Uruguai, conforme consta no relatório:

Embora sabendo que o cônsul privativo em Rio Branco se achava no Rio para ser ouvido pelo Conselho de Segurança Nacional, a Missão Especial fez questão de passar por Jaguarão, a fim de sentir concretamente as condições reais da fronteira, e entrar em contato com o comandante da guarnição local. Na estrada que leva de Melo a Jaguarão pode a Missão Especial constatar grande número de carros brasileiros em trânsito. A maioria apresentava chapas do Rio, São Paulo, Campinas o que leva as autoridades a suspeitarem da ação dos contatos dos asilados. A passagem na fronteira entre Rio Branco e Jaguarão é feita por uma ponte, que facilitaria o controle, mas o aparente pouco caso com que é realizada a fiscalização levanta sérias dúvidas sobre sua eficácia.¹⁶

O argumento de que faltava esclarecimento aos soldados que realizavam essa tarefa de fiscalizar o trânsito entre os dois países foi uma constante em praticamente todas as cidades visitadas pela Missão. No caso jaguareense, não era apenas a “falta de esclarecimento” dos militares que esbarrava nas necessidades de defesa nacional, os laços extremamente pessoais faziam com que nem todos que por aqui passassem fossem parados gerando momentos de maior ou menor controle (GONÇALVES, 2018).

¹⁵ Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

¹⁶ Ministério das Relações Exteriores. Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

Também foi ouvido durante a visita da comissão a Jaguarão o comandante do 13 RC, coronel Moraes, que revelou: “Acusações levantadas contra o cônsul em Rio Branco, senhor Pinto Machado. Quanto a vigilância da fronteira, declarou que as operações de contrabando são frequentes, de vez que as autoridades brasileiras não tem condições para exercer a repressão, por falta de equipamento adequado.”¹⁷.

Mesmo com todas as acusações que pesavam contra a sua pessoa, Pinto Machado foi absolvido do processo administrativo, e ao não ser cassado pelo AI-1, “retornou ao seu posto onde continuou a agir de pleno acordo com os asilados brasileiros em Montevideú”.¹⁸ O que motivou com que fosse “nomeado oficial de chancelaria, nível 18, por decreto de 29 de outubro, encontrando-se atualmente no Rio de Janeiro, aguardando designação para exercer funções subalternas em repartição consular de carreira no exterior”¹⁹, conforme destacou o informe do Ministério da Guerra de nº 11, datado de 14 de janeiro de 1965. Posteriormente a essa data, em 26 de janeiro, a posição do Ministério das Relações Exteriores, atendendo aos insistentes pedidos do III Exército, era de que Machado seria transferido para exercer funções no consulado geral de Val Paraíso²⁰.

O que, de acordo com informe do ano de 1976, não ocorreu. Nesse documento do SNI são elencadas algumas informações a respeito das atividades de Pinto Machado, majoritariamente voltado para os anos de 1965 e 1966. O documento revela uma estreita ligação e atuação, do então ex-cônsul privativo de Rio Branco, na fronteira:

Jan. 65- o ex-cônsul José Nogueira Pinto Machado, manteve conversação com o ex-capitão Alfredo Ribeiro Daut em Jaguarão.
 11 de mar. 65- o nominado, ex-cônsul de Rio Branco, é vereador pelo PTB. Exerce muita atividade nas ligações entre Jaguarão/RS e Rio Branco/ROU.
 Jul. 65- é conhecido em Jaguarão pelo apoio dado aos elementos que mantinham ligações com os asilados. Parece ter prestado homenagem a Daut, quando esse esteve em Rio Branco e Pinto Machado ainda era cônsul [...].
 Set. 65- [...] é muito conhecido em Jaguarão/ RS por suas ligações com asilados na ROU.
 Exerce atividades de ligação entre Jaguarão/RS e Rio Branco/ROU
 Manteve contato com João Candido Maia Neto e Alfredo Ribeiro Daut.

¹⁷ Ministério das Relações Exteriores. Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

¹⁸ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.4.

¹⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.10.

²⁰ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.8.

20 abr. 66- desde 23 dez. 65 encontra-se em Rio Branco/ROU, apesar de reiterados pedidos ao Ministério para que não mais permitisse a sua saída do Rio de Janeiro²¹.

Dois elementos merecem destaque: em primeiro lugar, Pinto Machado nunca cumpriu de fato o isolamento que lhe foi imposto pelo MRE, já que no mesmo documento são apontadas frequentes visitas a Bagé, Rio Branco e Jaguarão. Diante disso, ressaltamos que Bagé se destaca por sua proximidade com Melo (ROU), sendo classificada no âmbito da Missão Diplomática pelo então general Garrastazu, comandante da guarnição de Bagé, enquanto um dos “mais ativos centros na fronteira de atividade subversiva”²², foi também rota utilizada por diversos pombos-correios, conforme podemos observar durante essa pesquisa. O segundo elemento que merece ser frisado são os possíveis frequentes contatos entre o ex-cônsul e pessoas ligadas aos exilados, dentre eles João Candido Maia Neto e Alfredo Ribeiro Daut, que pertenciam ao grupo brizolista. O primeiro gravita no âmbito dos assessores/seguidores de Jango em Montevideu e o segundo é uma das lideranças do grupo militar, estando ligado à Brizola através do MNR. Por fim, quanto ao mandato no legislativo não conseguimos apurar maiores informações, entretanto é sabido que no imediato pós 1964, quando ainda era cônsul, se afastou temporariamente da fronteira o que fez com que as investidas da Operação Limpeza, que atingiu severamente seus correligionários, não o afetasse.

“O Brizola era amigo do cônsul que tinha todos os esquemas”: a rede de mobilidade do Cônsul Uruguaio

Dentro de uma perspectiva de resistência e solidariedade, surgem durante esse período diversas conexões de indivíduos em rede, espalhados pelo território nacional e além das fronteiras do país. Essas redes são heterogêneas, tanto em sua composição quanto em finalidade. As estudadas em Gonçalves (2022), se analisadas macroestruturalmente, ligam setores de comando nacional de grupos de enfrentamento a ditadura a setores exilados no Uruguai. A principal função destes pequenos grupos, que formam a rede de mobilidade atuante na fronteira, a articulação das Travessias dos perseguidos políticos para o país vizinho.

²¹ Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.4-5.

²² Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

Essas redes se dividem em duas gerações distintas. A primeira delas (1964 - 1967) esteve vinculada ao trabalhismo e principalmente a figura do líder petebista Leonel Brizola. Para esse período conseguimos apurar a existência de duas redes de mobilidade. Nesse artigo vamos nos dedicar aquela que ficou conhecida como esquema do cônsul. Esta rede era formada por três integrantes: o cônsul uruguaio Jorge Bitar Abdala; seu motorista, Senhor 057²³; e Rija, o recepcionista do Hotel Italiano, que era um dos empreendimentos da família do cônsul. Juntos, esses três senhores foram os responsáveis pelas Travessias de setores ligados ao alto escalão do grupo brizolista no exílio.

Não conseguimos apurar muitas informações a respeito da trajetória pessoal e profissional do sr. Jorge Bittar. Ao contrário do ocorrido com o cônsul José Nogueira Pinto Machado, localizamos poucos informes e relatórios a respeito de sua atuação. Assim, o que podemos apurar a partir dos depoimentos dos moradores locais é que o mesmo descendia de uma família de libaneses e que seus pais já possuíam o Hotel Italiano há algum tempo, o que fazia com que a família gozasse de estreitos laços com a comunidade local:

Conheci o Bittar, ele nos dava muito apoio! Era uma família ali de Rio Branco, eles tinham na época um hotel [inaudível] Hotel Italiano. O Bittar, se eu não me engano o nome dele era Jorge Bittar, ele era o cônsul do Uruguai aqui em Jaguarão. Ele tinha um irmão que tinha uma farmácia, que nós chamávamos ele de Nanito. O cônsul este.... Meu Deus!! Deu uma mão muito grande para todos nós! Ele era um dos caras que dava um apoio de estrutura para gente que passava ali em Rio Branco, inclusive de dinheiro para mandar... Na época tinha um trem, carro a motor, que sai aí da Ponte, certo? E que ia pra Montevideú. Muitas vezes tinha gente que não tinha condições financeiras, essas coisas e ele dava um jeito, e em muitas coisas. Inclusive, eu fiquei sabendo que depois que eu sai daí ele continuou atuando muito (RICARDO, 2018).

Embora pertencentes a redes de mobilidade distintas²⁴, o cônsul Bittar devido ao seu prestígio social e imunidade diplomática se configurava enquanto uma figura “insuspeita”, ao menos em um primeiro momento. Isso fez com que pudesse auxiliar outras redes para além do esquema que mantinha para a Travessia dos indivíduos do grupo Brizola:

Esse cara era um fenômeno, mas o trabalho dele de maneira alguma era vinculado conosco, era outra esfera, [...] Esse cônsul aí fez proezas, inclusive

²³ Conforme solicitação do colaborador sua identidade será preservada, assim faremos uso do codinome utilizado por ele na época.

²⁴ Claudio Maria Ricardo foi membro da segunda rede de mobilidade atuante durante essa primeira geração.

esconder gente no consulado [...] muita gente inclusive dormiu ali dentro do consulado, pessoas que estavam fugindo, que estavam passando para o Uruguai, algumas pessoas eu sei que dormiram lá, que ele escondia. [...] Mas o cônsul Jorge Bittar tu podes escrever em teu trabalho, eu vi eu estava lá, ele foi um baluarte quem sabe o maior baluarte que teve aí, assim, estratégico, com dinheiro com tudo... Ele era na realidade amicíssimo do Jango (RICARDO, 2018).

Embora eles não atuassem dentro do mesmo grupo, como deixou claro o sr. Claudio, existem elementos de conexão esporádicos que unem o trabalho dessas duas redes como, por exemplo, vínculos do PTB com trabalhistas locais e no exílio, conexões com o grupo Brizola, entre outros, o trabalho em conjunto por vezes foi inevitável e fundamental para a realização do objetivo final. Outros fatores, como o prestígio social do indivíduo e o conhecimento apurado acerca das sutilezas do espaço também foram primordiais para o êxito das atividades de passada (GONÇALVES, 2022).

Mesmo que houvesse alguns momentos de relativa calma à medida que as forças de segurança relaxavam os controles, essas Travessias estavam longe de serem simples, e ao longo dos anos elas se tornaram cada vez mais perigosas e arriscadas, fazendo com que as redes locais necessitassem ir aperfeiçoando seus métodos. Nesse cenário, o governo ditatorial estava em alerta, seus olhos voltados principalmente para Montevidéu, Atlântida e para as fronteiras gaúchas. Índio Vargas, um dos muitos pombos-correios de Brizola, relata em suas memórias esses momentos de tensão:

Esse contato é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né? (VARGAS, apud. RUSCHEL, 2011, p. 239).

Também faz menção ao “esquema do cônsul” o sargento Amadeu da Luz Ferreira, um dos comandantes militares da Guerrilha do Caparaó. Segundo relatou em entrevista à imprensa paranaense, os sargentos que estavam envolvidos nos preparativos para o levante estiveram em contato com Brizola durante todo o tempo, primeiramente em Montevidéu, e, também, após seu confinamento em Atlântida:

[...] Para chegar ao Uruguai, Brizola tinha um esquema de fronteira que utilizava o cônsul uruguaio em Jaguarão (RGS). Conta Amadeu Felipe que nesse consulado o viajante que, ao invés de pedir visto de entrada no Uruguai apresentasse uma senha, era imediatamente conduzido a uma porta secreta a uma garagem totalmente fechada. Dalí, no porta-malas acolchoado do carro americano do cônsul, o clandestino entrava no Uruguai, sem revista na ponte. No outro lado o carro entrava em outra garagem fechada de um hotel do

esquema e o viajante ficava em um apartamento, já como hóspede. O ex-sargento Amadeu Felipe viajou assim diversas vezes²⁵.

Infelizmente por motivos de saúde²⁶, não foi possível apurar maiores detalhes desse esquema de saída a partir da percepção do militante Índio Vargas e do ex-sargento Amadeu Felipe. Cabe aqui ressaltarmos, o quão relevante seriam suas narrativas para delinear alguns pormenores dessa rede, pois são poucos os *passageiros da liberdade* a fazer uso da mesma de que, até o presente momento, temos conhecimento da verdadeira identidade. Devido ao clima da época e a própria dinâmica da clandestinidade essas informações eram preservadas no contato entre os passageiros e a rede.

Podemos dizer que um dos primeiros a inaugurar essa rota, ou quem sabe tenha sido um dos articuladores do esquema com o cônsul Jorge, foi o tenente Wilson²⁷. Em seu livro de memórias, o "Tenente Vermelho", relata sua partida para o Uruguai se aproveitando de um relativo "afrouxamento" da fiscalização lá pelos idos de 20 de abril. A rota utilizada passou por Jaguarão. Uma vez em território uruguaio, Wilson Silva ficou hospedado no Hotel do Cônsul, onde segundo ele já havia outros brasileiros. Esse episódio aconteceu no final de abril de 1964. Nesse curto período em que esteve na região, o militante aproveitou para fazer contatos em Pelotas e Rio Branco, com o intuito de possibilitar intercâmbios entre a comunidade de exilados em Montevideu e as forças de apoio no Brasil (SILVA, 1987 p. 130). O cruzamento de fontes nos permite inferir que um dos "entendimentos" deixados por Silva em Rio Branco foi o Cônsul uruguaio.

²⁵ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal. BRDFANBSBZD. p. 5.

²⁶ Esse pode ser apontado como um dos percalços que devem enfrentar os historiadores orais, uma vez que a dimensão orgânica da vida humana por vezes interfere de maneira significativa no processo de construção das fontes, silenciando vozes e obscurecendo passagens que não podem ser recuperadas de outras formas. Amadeu Felipe faleceu em junho de 2021 e Índio Vargas em junho de 2022, durante as correções finais da dissertação de mestrado da autora. Índio, chegou a ser procurado para essa pesquisa, porém já se encontrava com a saúde debilitada.

²⁷ Gostaríamos muito de ter ouvido o Sr. Wilson da Silva para essa pesquisa, já que dado a sua posição de destaque dentro do estado maior do grupo de Brizola o Tenente Vermelho fez inúmeras viagens pelas fronteiras do estado. Seria enriquecedor ter ouvido suas memórias, inclusive os por menores dessa passagem relatada em seu livro. Entretanto, no projeto inicial da dissertação, não pensávamos em mergulhar tão fundo na primeira geração de redes de mobilidade, tampouco, na atuação do grupo Brizola - objeto de pesquisa que investigamos atualmente. Wilson da Silva foi assassinado em sua residência em dezembro de 2021 devido, ao que tudo indica, a uma tentativa de assalto a qual teria reagido. A matéria completa pode ser acessada em <https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/capitao-que-tentou-reagir-ao-golpe-de-64-e-assassinado-em-porto-alegre-pc-do-b-lamenta-368557/>. José Wilson da Silva presente!

No mesmo período em que Silva esteve hospedado no Hotel Italiano, ocorreu a suposta invasão de setores militares brasileiros a Rio Branco, conforme já foi mencionado. O curioso desse episódio, que fora “desmentido” pela imprensa local, é que motivos para tal invasão existiram: como podemos observar foi dada voz de prisão ao cônsul brasileiro no Uruguai; ao mesmo tempo, segundo José Wilson Silva, alguns brasileiros já se encontravam do lado de lá da fronteira, e possivelmente dentre estes estavam aqueles que figuravam nas listas da repressão, o que só solidifica a tese da invasão.

Aparentemente as investidas não cessaram, pois em outubro do mesmo ano o cônsul Jorge Bittar resolveu denunciar ao chanceler uruguaio as “frequentes violações do território uruguaio por soldados brasileiros”²⁸. Entretanto, com base no mesmo documento, o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, conseguiu reverter à situação gerada pelo cônsul, passando assim de acusado a acusador diante do chanceler:

A entrevista realizada a 15 do corrente, visava a permitir ao chanceler uruguaio mostrar ao embaixador do Brasil telegrama recebido do cônsul daquele país em Jaguarão denunciando incursões de elementos do Exército e da Brigada Militar brasileiros sobre território uruguaio.

Ao embaixador do Brasil pareceu estranho que infração tão grave partisse do representante consular instalado em território brasileiro e não de autoridades uruguaias em Rio Branco, foco das alegadas violações, e que poderiam com facilidade controlar o movimento de tais incursões. Solicitado a pormenorizar a informação para que se procedesse a uma rigorosa apuração do fato no Brasil, o chanceler uruguaio acabou por recusar e taxou o cônsul em Jaguarão, textualmente, de louco e com respeito a sua acusação disse “provavelmente tratar-se de fantasia”.

Ainda nessas circunstâncias, o embaixador Pio Correa insistiu no sentido de lhe serem prestados esclarecimentos completos, “pois o Brasil não pode deixar pairar uma acusação tão grave sobre suas tropas policiais”. Outros sim, cumpriria responsabilizar a quem de direito se a acusação é verdadeira, ou seu autor, se falsa²⁹.

Como um castelo de cartas, a aparente blindagem ao redor de sua figura durou pouco tempo, e logo o cônsul uruguaio passou a ser vigiado de perto pelos setores militares destacados para a fronteira. Conforme nos relatou seu motorista, Senhor 057:

eu vinha com a guriazinha [filha do Cônsul] [...] Quando chego na alfândega tinha um sargento, Coto, “boa noite, sargento!” E ele não me deu muita bola me tratou como cachorro, pegou a cruzeta e rebentou a cruzeta contra a calçada. E o meu ver. O meu sistema de ser achei um troço meio desagradável a reação de

²⁸ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. p. 25.

²⁹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. p. 26-27.

um sargento militar fazer isso diante de um carro oficial, como tu vai fazer isso diante de um carro oficial, arrebentar a cruzeta contra a calçada! Achei o caso meio estúpido, aí eu passei, passei e olhei pro espelho e ele ficou conversando com um soldado ali.

Eu dei o sorvete pra guria, aí eu voltei pra trás e ia entrar na ponte, e digo *no!* Eu não vou entrar na ponte. [...]. Eu cheguei no consulado, na *Baron* do Rio Branco ali, desci do carro, entrei pra dentro, peguei o telefone e conversei com o cônsul no Uruguai, chamei no telefone “*Jorge, hay uno soldado arriba de puente llamado Coto,*” e houve isso, isso e isso... “*Jorge, deajo revisar el auto o no deajo revisar el auto?*”

[...] “*Jorge, va a passar isso e isso arriba del puente. Me van a querer revisar el auto, deajo revisar o no deajo revisar?*” [ao que o cônsul respondeu:] “*No deja revisar!*” Disse “*me van a llevar preso, Yo estoy com su hija*” “*No importa! Yo te saco!* [...] *No deje revisar!*” [...].

Entre na ponte, quando chego na alfândega o homem esta me esperando, o mesmo, me pego o grito, e assim como encostei na cruzeta [inaudível] mal educado “o senhor tem que abrir a mala do carro” [e eu disse para ele] “eu não vou abrir mala do carro, porque eu não tenho a chave do carro [...] quem tem a chave do carro é o cônsul. Se o senhor quer abrir a mala do carro vamos a Rio Branco falar com ele, e ele te abre a mala do carro, mas eu abrir a mala do carro não abro! E eu perco meu serviço?” Expliquei bem pra ele, já meio brabo com ele [...] [ao que o sargento ordenou:] “Cabo, recolhe para o quartel!” Me fizeram dar ré encima da ponte e ir para o quartel. [...] Tivesse abrido a mala pra não me incomodar! [...]

[quando chegou o Cônsul] “vocês querem ver a mala do carro? Ele não pode abrir a mala do carro, se ele abrir a mala do carro eu corro com ele, ele não pode tocar essa mala, o único que pode abrir essa mala sou eu, se ele fura um pneu tem que me chamar que eu vou lá onde esta ele pra abrir a mala do carro, ele não tem direito nenhum de abrir essa mala.” Meteu a mão no bolso, mas primeiro me perguntou se não tinha nada, e eu não tinha nada, meteu a mão na chave abriu assim. Pra tu ver o grande que era que dava quatro pessoa deitada. [...] E ai foi que não deu mais! [...] Foi só dessa vez que quiseram abrir a mala do carro, eu não deixei e se formou o bochincho (Senhor 057, 2020)³⁰.

Embora extensa, é importante que transcrevamos essa passagem de forma quase integral, primeiro pela riqueza de detalhes com que o episódio foi narrado e, segundo, porque é justamente nesses mínimos detalhes que se encontram as peças-chave para a nossa análise. Os cônsules gozam de imunidade diplomática, logo o carro oficial devidamente registrado tem livre circulação mesmo que o diplomata não se encontre em seu interior. Assim, a postura do sargento em se aproveitar da ausência de Jorge no veículo e exigir ao seu funcionário a revista do automóvel demonstra que um certo nível de desconfiança já havia se instalado entre os setores militares locais, que aparentemente só estavam esperando uma oportunidade de fazer isso de uma forma que trouxesse menos prejuízo as relações entre os dois países, ou seja, em um momento que o cônsul não estivesse presente.

³⁰ Buscamos ser o mais fiel ao jeito fronteiriço de se expressar, por isso mantemos os termos em “portunhol” empregados por nosso colaborador Senhor 057.

Outro elemento interessante de ser analisado é a indicação de que no porta-malas do carro caberia até quatro pessoas, frase essa que pareceu estar solta no relato de nosso colaborador, mas que muito nos diz sobre o tipo de atividade a qual o carro oficial também se prestava, pois vai ao encontro das informações postas pelo sargento Amadeu Felipe sobre o esquema do cônsul.

Ao mesmo tempo, as suspeitas despertadas por Bittar não afetavam apenas setores militares locais, os órgãos de informação da ditadura também estavam com seus olhos voltados para a pessoa do cônsul uruguaio. Em telegrama datado de abril de 1965 o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, assinala a necessidade de substituí-lo devido a sua atuação nas Travessias: “documentos em meu poder, inclusive depoimento escrito de testemunhas direto, provam a cumplicidade do então cônsul uruguaio em Jaguarão, no trânsito clandestino de asilados brasileiros pela fronteira”³¹. O sargento Amadeu Felipe³² aprofunda esse entendimento: “o esquema foi descoberto pelas Forças Armadas do Brasil, mas jamais tornado público. Numa das prisões de alguns que haviam conhecido o sistema, houve delação e o cônsul foi removido pelas autoridades de seu país para a fronteira com a Argentina”³³. Seu destino foi a província de Entre Rios, para onde partiu em junho do mesmo ano, a partir de então não conseguimos apurar nada mais a seu respeito.

Com a partida do Cônsul, as Travessias continuaram a serem feitas pelo seu motorista, que sendo um dos taxistas da praça central de Jaguarão, tornou-se o contato direto de Brizola na fronteira. O entendimento entre essas duas personagens se deu por intermédio de Jorge que, ao partir, deixou a disposição de Brizola o esquema que havia montado. As atividades dessa rede foram mantidas até o ano de 1967, quando nosso colaborador foi dispensado por Brizola.

Sua dispensa coincide com o período de desarticulações dos esquemas de fronteira mantido pelo líder petebista. Segundo consta na literatura voltada para sua atuação durante o exílio (LEITE, 2015), após o fracasso no Caparaó se tornou inviável para esse grupo o enfrentamento armado contra a ditadura. Assim, a partir desse episódio, Brizola teria mudado sua linha de ação, passando a se dedicar à formação de

³¹ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de Informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. p. 157. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

³² Segundo ele, muitos dos militares pertencentes ao grupo de Brizola e que estavam envolvidos nas tentativas de insurreição aqui no Brasil se utilizaram do esquema do cônsul para transitar entre os dois países durante as tratativas para o levante.

³³ Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal. p. 5. Localização: BRDFANBSBZD.

alianças políticas, no sentido tradicional do termo, não só no Uruguai, como também, no Brasil.

Quanto à atuação dos cônsules, embora não tenhamos encontrado outros estudos que sistematizem o papel desses indivíduos enquanto membros de redes de resistência à ditadura, acreditamos que o ocorrido em Jaguarão não tenha sido um caso à parte. Um dos indícios para essa suspeita é o fato de outros cônsules terem sido igualmente investigados pela Missão Diplomática, ocorrida em 1964. Assim, deixamos aqui o registro dessa lacuna que demanda que novas investigações sejam realizadas.

Considerações Finais

Do ponto de vista das ciências humanas, compreender o território fronteiriço como um espaço de movimentações e articulações políticas para além de uma questão regional é fundamental para conceber seu papel na organização da repressão e da resistência à ditadura em um plano mais amplo. Em outras palavras, significa dizer que abordar aspectos da ditadura na fronteira Jaguarão não se reduz apenas às vivências isoladas de um povo de fronteira afastados das grandes urbes. Toda essa problemática implica em um exercício que nos possibilita refletir para além das explicações generalistas referentes as práticas e sequelas do Terrorismo de Estado em nossa sociedade.

Quanto ao papel desempenhado pela diplomacia consular local no imediato pós Golpe, embora essa questão seja ainda pouco estudada, acreditamos, devido às evidências levantadas, que a atuação de Jorge Bitar Abdala e José Nogueira Pinto Machado, cônsules uruguaio e brasileiro, mesmo que não fosse a regra, não era uma exceção. Tanto que, como visto, em 1964 o Itamaraty organizou uma missão especial para inspecionar in loco o trabalho consular nas fronteiras do Rio Grande do Sul e nos consulados gerais dos seus vizinhos platinos, objetivando alinhar o labor consular às necessidades da nova ordem instaurada pelo regime militar. No caso da referida fronteira, isso só foi “possível” com a substituição das referidas autoridades consulares.

Por fim, no que diz respeito às formas de resistência em que essas personagens estiveram envolvidas, mesmo que não tenhamos encontrado durante essa pesquisa maiores indícios, para além desses apresentados, do envolvimento do cônsul José Nogueira Pinto Machado nas Travessias, tal possibilidade não deve ser descartada diante das evidências levantadas a seu respeito. No entanto, não podemos afirmar que tenha pertencido ou auxiliado alguma rede de mobilidade atuante no referido espaço

com base apenas em seus fortes vínculos com o PTB e suas lideranças. Por outro lado, o mesmo não pode ser dito a respeito do cônsul uruguaio Jorge Bittar que foi um dos principais articuladores desses esquemas.

Referências

Fontes

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional/ Localização: BRDFANBSBN8.O.PRO. Dossiê, p.2.

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR DFANBSBN.8.0.AGB. Dossiê. p. 14-15.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. Localização: BRDFANBSBZD.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de policia federal. p.5. Localização: BRDFANBSBZD.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Localização: BR DFANBSB Z4. p.26-27.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. p. 157. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Dossiê: Jose Nogueira Pinto Machado. p.11-12. Localização: BR DFANBSB. R8.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Informação n°22-2406/76. p. 2-3. Localização: BR DFANBSBNr8.

Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001.

Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano:1964, caixa 35.

SENHOR ZERO CINQUENTA E SETE. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, 23/12/2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

RICARDO, Claudio Maria. Travessia - o protagonismo da fronteira Jaguarão-Brasil/ Rio Branco-Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

VARGAS, Índio. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos, RUSCHEL, Davi Arenhart. *Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2011.

Bibliografia

ASEFF, Marlon Gonzales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974)*. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, 2012.

ASSUMPCÃO, Marla. Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, 2011.

_____. *A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973)*. Dissertação de mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2014.

FICO, Carlos. *Ditadura militar: prefácios, palestras e posts*. Ebook Amazon, 2020.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. *Travessia: O protagonismo da fronteira Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973)*. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2018.

_____. *Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira Jaguarão (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

LEITE, Maria Claudia Moraes. *A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)*. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, 2015.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 03-15, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre a História e a historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do Passado a História e suas fontes*. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre, 2008.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil” In: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*. Porto Alegre: Corag, 2009. p. 51- 70.

Artigo recebido em 30 de setembro de 2022. Aprovado em 16 de dezembro de 2022.